

Comissões não decolaram

A comissão para realizar estudos sobre a recuperação do sistema educacional do País é a primeira das oito anunciadas pelo presidente José Sarney no discurso (redigido por Tancredo Neves) aos ministros, a 17 de março; a apresentar resultados práticos, mercê dos esforços do ministro Marco Maciel para pôr em prática, na sua área, os compromissos da Aliança Democrática.

O Ministro da Educação, que mantém ao seu lado o programa da Aliança servindo-lhe permanentemente de inspiração e guia — protegido por uma elegante capa de couro vermelho —, não quis aguardar pela solidificação dos fatos consumados, e fez do seu Ministério um campo de experimentação das novas práticas da Nova República.

A comissão universitária, instalada pelo presidente Sarney, abre caminho às demais (a primeira, para investigar os níveis de poupança brasileira; a segunda, sobre incentivos fiscais; a terceira, reforma tributária e descentralização financeira; a quarta, benefícios indiretos concedidos pela administração direta e indireta — mordomias; a quinta, verificação de pagamentos em dólar procedidos por empresas estatais no exterior; a sexta, para unificação dos orçamentos; a sétima, reforma do sistema educacional, e a oitava, comissão de alto nível para a reforma constitucional) para mostrar resultados à opinião pública, a fim de manter o saldo de credibilidade na conta da Nova República.

O desempenho do Ministro da Educação também vem desmentir as ilações que começam a ser feitas em áreas políticas de que o engajamento dos dois líderes mais representativos da Frente Liberal no Ministério — os ministros Aureliano Chaves e Marco Maciel — contribuiu para prejudicar a consolidação do partido. Na verdade, os liberais nunca estiveram tão otimistas quanto ao futuro partidário, embora tivessem cedido na doutrina inicial de formar um partido constituído por personalidades inatacas, em nome de uma “inchação” de quadros que permite ao PFL prever, hoje, que em breve estará com uma bancada de 150 deputados na Câmara.

O ministro Marco Maciel está dando a receita para não desvirtuar a Frente Liberal de seus propósitos: administrar a área, e contribuir para manter o equilíbrio político do Governo, o que vem

procurando fazer através de seus entendimentos constantes com o presidente Sarney e com os demais líderes aliados.

DORNELLES NA CÂMARA

A Frente Liberal deverá praticar a política de realismo pragmático, ao procurar formar uma barreira de defesa do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, em sua próxima ida à Câmara, para depoimento em plenário sobre a situação econômica encontrada pela Nova República. Antigos ressentimentos do PMDB, da época da indicação do Ministro, ainda não estariam curados, e permitiriam supor que Dornelles seja fustigado por uma dura sabatina, à qual se juntariam os do PDS ortodoxo.

O Ministro da Fazenda, no entanto, poderá perder os poucos dividendos políticos colhidos até aqui se investir contra o passado, precisamente contra o ex-ministro Delfim Netto. Este já está preparado, com munição substancial, para replicar ao atual Ministro, se for atacado.

OS NEGOCIADORES

Para enfrentar o aparato grevista, o Governo conta com um Ministro do Trabalho que tem sido intolerante na defesa das margens-limites autorizadas pelo Presidente da República, para suas negociações. O ministro Almir Pazzianotto adota um processo de “tortura chinesa” autorizado a conceder, por exemplo 80% de aumento, inicia a negociação com um teto bem abaixo, em torno de 40%. Só a muito custo, depois de formadas comissões e realizadas assembleias, resolve subir para 50%. Finalmente, quando a situação está sob risco de impasse, o Ministro, em linha com o Palácio, deixaria que a decisão fosse ditada pelo Presidente da República, que capitaliza política e socialmente o aumento, que na verdade é pouca coisa.

Essa técnica de negociação foi largamente utilizada por Pazzianotto em São Paulo, na Secretaria do Trabalho, permitindo ao governador Franco Montoro faturar os dividendos políticos das decisões, enquanto seu auxiliar mantinha a imagem de “lobo mau” dos trabalhadores. Por isso foi rejeitado por importantes facções do PMDB quando Tancredo Neves resolveu se fixar em seu nome para Ministro do Trabalho.

LEONARDO MOTA NETO